



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

Departamento de Economia, Administração e Sociologia

**Análise Crítica de um conceito:
Darwinismo Social**

Disciplina: LES0135 - Ecologias do Artificial e do Simbólico

Responsável: Profº Antonio Ribeiro de Almeida Junior

Nome: Beatriz Pires Fernandes **Nº USP:** 9867212

Nome: Bruna de Oliveira Ferreira **Nº USP:** 9283570

Piracicaba, 2020

Darwinismo Social

Em 1859, o inglês Charles Darwin lança sua obra *A origem das espécies* onde nascia a teoria evolutiva, o mais novo progresso científico da época. Entre os ideais de Darwin, destacavam-se: a crença em um mundo vivo mutável, a crença de que homens e macacos são ramos diferentes de um mesmo ancestral mamífero; a crença de que o processo de mutação é lento e gradual e que o mecanismo de mudança é a chamada, seleção natural (GODOY 1988).

Segundo Godoy (1988), no segundo volume de *O capital*, Karl Marx fez uma dedicatória à Darwin: “ é notável como Darwin reconhece entre os animais e plantas sua sociedade inglesa, com sua divisão do trabalho, competição, abertura de novos mercados e invenções”.

Nota-se que Marx utilizava as ideias de Darwin numa explicação crítica da sociedade. Outros pensadores sociais começaram a utilizar essa crítica e ideias de Darwin, para explicar e justificar a sociedade estratificada, na época, pelo capitalismo industrial (BOLSANELLO, 1996). Foi assim que acabou originando-se a corrente de pensamento filosófico e científico darwinismo social, que ganhou força na Europa e nos EUA entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Sendo assim, **darwinismo social** pode ser definido como a aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e na sociedade humana (BOLSANELLO, 1996).

O darwinismo social, portanto, considera que os seres humanos são, por natureza, desiguais, dotados de condições inatas, algumas superiores, outras inferiores. Levando isso em consideração, a vida na sociedade humana é uma luta “natural”, sendo normal que os com condições superiores vençam, tendo sucesso, dinheiro, poder social, político e até econômico, da mesma forma, que é normal os com condições inferiores fracassarem, sem acesso a qualquer forma de poder e dinheiro (BOLSANELLO, 1996).

Na prática, tais afirmações sugerem que a cultura e a tecnologia das sociedades europeias eram provas reais que seus integrantes ocupavam o topo da civilização e evolução humana. Enquanto que, povos de outras regiões estariam em situações inferiores ou primitivas, por não compartilharem das mesmas capacidades.

Herbert Spencer, filósofo inglês, criador da expressão “sobrevivência dos mais aptos”, considerado por muitos como um sinônimo do darwinismo social, argumentava que o processo natural da seleção biosociológica era prejudicado pelo Estado, conforme se adotavam medidas sociais de auxílio aos mais pobres e inferiores. Ele argumentava que a teoria científica da seleção natural mostrava que os seres humanos inferiores deveriam morrer mais cedo e deixar menos descendentes (Blanc, 1994). Spencer foi um darwinista social que defendeu ideologias políticas diretamente relacionadas às suas crenças evolucionistas (HAWKINS, 1998).

Sendo assim, observa-se que o darwinismo social, na verdade, era ideológico e estava, desde o início, associado a uma apologia econômica e social, a uma defesa da sociedade capitalista. Por conta disso, rapidamente vinculou-se a ideologias eugenistas e racistas.

O antropólogo Georges Vacher de Lapouge, em sua obra *L'Arien*, relacionou o darwinismo social com o racismo “científico”, na qual para ele, as raças dividiam-se em superiores (arianos) e inferiores (judeus, negros, etc.) e, tentou demonstrar a existência de correlações entre status social e identidade biológica ou racial (CLARK, 1988).

Segundo Blanc (1994), Darwin em alguns de seus trabalhos caminhou no sentido do racismo “científico”, classificando os seres humanos em raças e em intelectualmente superiores e inferiores. Embora Herbert Spencer e Charles Darwin tenham proposto teorias com características filosóficas muito próximas, há uma importante e significativa diferença no pensamento de ambos quanto à existência ou não de um progresso cumulativo.

Enquanto Spencer alimentava crenças evolucionistas no progresso cumulativo da humanidade e em uma espécie de teleologia que guiaria uma “evolução universal”, Darwin enfatizava o papel do acaso e da aleatoriedade no processo evolutivo, eliminando assim qualquer postura teleológica. Apesar dessa gritante e importante diferença entre ambos, a partir da publicação da quinta edição de *A origem das espécies*, em 1869, Darwin, influenciado por Spencer, aceitou modificar o texto original empregando a expressão “sobrevivência do mais apto” para designar a seleção natural (*apud* COSCIONI, 2018, p. 354).

Levando em consideração o contexto aqui atribuído, vale a pena discutir que Karl Marx via a pobreza como resultado de sistemas econômicos concretos e não como uma consequência inevitável do funcionamento da natureza biológica. Sendo assim, a má conduta

social poderia ser compreendida como uma consequência de se viver em uma sociedade com propriedade privada, principalmente com relação aos meios de produção, na qual as pessoas deixariam de se preocupar com seus interesses egoístas. Segundo ideais de Marx, o mistério da história apenas seria desvendado se os antagonismos (entre homem - natureza, entre homem - homem, entre homem - espécie) fossem produtos das bases econômicas da sociedade e não produtos inerentes à nossa natureza biológica (*apud* WAIZBORT, 2008, p. 132).

O pensamento darwinista dos séculos seguintes (séc. XX e XXI), no entanto, já se tornou bastante diferente daquele do século XIX, considerando a natureza humana repleta de aspectos comportamentais (*apud* WAIZBORT, 2008, p. 132), assumindo que a mente humana não é uma *página em branco*, que devia-se compreender de que forma podemos, mesmo que minimamente, modelá-la.

O darwinismo social no Brasil

Para compreendermos a influência das ideias darwinistas sociais, é necessário ter uma breve visão de que nas últimas décadas do século XIX, em nosso país, foi um período de total escravidão e em meados do século XX, um período de pós-abolição (BOLSANELLO, 1996). Nesses tempos, muitos pensadores, como Nina Rodrigues e Sílvio Romero, adotaram a ideia da existência de uma raça superior e defendiam que o branqueamento da população seria uma maneira de superação à mistura de “cores” que caracterizava o povo brasileiro (BOLSANELLO, 1996). Tal concepção incentivou à imigração maciça de trabalhadores europeus, que, teoricamente, ao longo do tempo, iriam branquear a sociedade do país. No entanto, no século XX, esse pensamento foi perdendo força e a mistura de raças passou a ser vista como algo “benéfico”, favorecendo o “embranquecimento da raça”.

A luta pelo intenso desenvolvimento econômico, descrito pelo darwinismo social, proporciona a base para o modelo liberal, apoiado por Spencer. O modelo apoia e explora o conceito das conquistas meritocráticas, no qual por meio do trabalho intenso será alcançado o sucesso individual e o desenvolvimento, ou seja, enaltece os “ganhadores” e reconhece os “perdedores” como desmerecedores do progresso social. A meritocracia, se fantasia de conceito democrático e ignora as inúmeras desigualdades e injustiças sociais proporcionada pelo modelo capitalista, legitimando uma “desigualdade de mérito” (FREITAS, 2019).

No Brasil a meritocracia é defendida por uma classe branca e elitista, sustentando e fomentando ideologicamente o conservadorismo sociopolítico, que ataca pobres, negros, índios, nordestinos e nortistas como os responsáveis pelas mazelas sociais e pela decadência política (DANNER, 2013). Raciocínio semelhante ao proposto por Spencer em seu livro “O Homem contra o Estado” onde, baseado no darwinismo social e no sistema liberal, sugere:

“Os pobres merecedores estão entre os que são taxados para apoiar os pobres indignos. Como sob a velha Lei dos Pobres, o trabalhador diligente e previdente tem que pagar para que a pessoa inútil não sofra, até que, frequentemente, sob este fardo extra, ele mesmo se desmorona e tem que refugiar-se no abrigo de pobres” (Spencer, H. (1892),p. 1719).

Para o historiador Sidney Chalhoub, este conceito meritocrático darwinista promove o fortalecimento dos mais abastados e estimula a exclusão das classes mais desfavorecidas, estimulando a reprodução sistêmica das desigualdades sociais e raciais no país (FILHO, 2017). A meritocracia não é democrática e precisa ser contida. Isenta o Estado de suas responsabilidades na reparação das desigualdades e injustiças sociais, decorrentes de um sistema econômico - baseado no darwinismo social e político.

Referências Bibliográficas:

BLANC, M. **Os herdeiros de Darwin**. São Paulo: Scritta, 1994.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

CLARK, L. Le darwinisme social en France. **La Recherche**, Paris, n. 196, 1988.

COSCIONI, F. J. O Darwinismo Social na Geografia Humana do início do século XX: o caso da obra “Influences of Geographic Environment” de Ellen Semple. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 22, n. 2, p. 349–365, 2018.

DANNER, L. F. O desafio da política darwinista: Algumas considerações sobre uma tendência da política hodierna. **Perspectiva Filosófica**, v.2, n. 40. 2013.

FILHO, M. A. A meritocracia é um mito que alimenta as desigualdades, diz Sidney Chalhoub. Jornal da UNICAMP, 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>. Acesso em: 30 novembro 2020.

FREITAS, L.C. Constitucionalização da barbárie, privatização e meritocracia. Observatório da Democracia, 2019. Disponível em: <https://observatoriodademocracia.org.br/2019/11/15/constitucionalizacao-da-barbarie-privatizacao-e-meritocracia/>. Acesso em: 30 novembro 2020.

GODOY, N. Darwin: a evolução de um homem. **Superinteressante**, São Paulo, n.5, p. 41-51, 1988.

HAWKINS, M. Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945): Nature as a Model and Nature as a Threat. **Cambridge**: Cambridge University Press, 1998.

WAIZBORT, R. SOB O SIGNO DE DARWIN? Sobre o mau uso de uma quimera. André Strauss Ricardo Waizbort. v. 23, 2008.